



O JARDIM BOTÂNICO DE JOÃO BARBOSA RODRIGUES NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908

Alda Heizer*

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ

aldaheizer@jbrj.gov.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a participação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908, na Urca. Ao definir o que entra e o que fica de fora na exposição, o naturalista João Barbosa Rodrigues escolhe o *Jardim* que ele quer apresentar na festa do centenário da *Abertura dos Portos às Nações Amigas*.

PALAVRAS-CHAVE: Exposição – Instrumento Científico – Jardim Botânico

ABSTRACT: This article aims to present some thoughts about the presentation of the Botanical Garden of *Rio de Janeiro* in the National Exhibition of 1908, in *Urca*. Upon defining what stays in and what stays out on display, the naturalist *João Barbosa Rodrigues* chooses the Garden he wants to present on the centennial celebration of the *Opening of the Ports to the Friendly Nations*.

KEYWORDS: Exhibition – Scientific Instruments – Botanic Garden

A cidade do Rio de Janeiro sediou em 1908 uma exposição que pretendia apresentar aos visitantes um balanço dos cem anos da **Abertura dos Portos às Nações Amigas**. O evento contou com um número considerável de instituições de vários Estados que, na ótica dos seus organizadores, promoveram o progresso do país.

Em relatório do ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, de 1909,¹ é possível reconhecer que a escolha do local para a montagem da referida exposição estava inserida num debate maior sobre as condições insatisfatórias da cidade para

* A autora agradece ao fotógrafo Marcos Vianna; à Rosana Simões Medeiros da Biblioteca Barbosa Rodrigues JBRJ/MMA e à bióloga Carmem Machado JBRJ/MMA.

¹ **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida.** v. I. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p.579-583. v.1. É interessante notar as mesmas preocupações em Relatório do Ministério da Agricultura, de 1910-11, sobre o Observatório Nacional do Rio de Janeiro: as constatações sobre as condições de funcionamento da instituição e da necessidade de sua transferência para outro sítio também estão presentes: facilidade de acesso; terreno firme; salubridade do local; entre outros. **RELATÓRIO DO MINISTRO da Agricultura**, p. 141, 1910-1911

abrigar tal evento, dado que os terrenos eram “impróprios, alagadiços, necessitando de drenagens, aterros, fora os locais descartados pela péssima aparência das edificações circunvizinhas”, como o Campo de São Cristóvão e a Quinta da Boa Vista; além disso, eram vistos como locais de difícil acesso “devido aos transportes serem raros , as ruas mal caçadas e mal edificadas”.



Acervo particular. Fotógrafos Marcos e Fernando Vianna

A imprensa tratou de noticiar o local escolhido, o atual bairro da Urca, até então desconhecido de muitos habitantes da cidade. A *Inspetoria de Obras Públicas* deu início às construções dos pavilhões.

Era necessário preparar o local para o evento comemorativo. Sendo assim, foram construídos cais e outros acessos ao local. O engenheiro Sampaio Correia foi nomeado o responsável pelas obras que abrigaram os pavilhões das máquinas, dos restaurantes, dos Estados, entre outros.

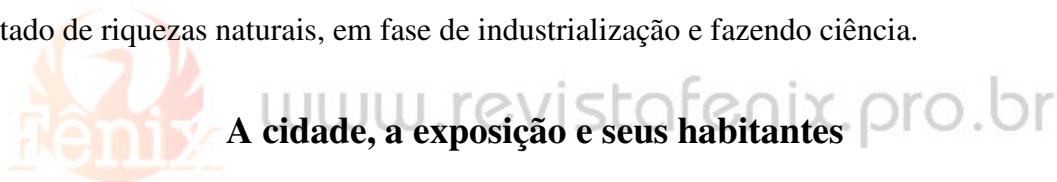
No dia 11 de agosto, após dois adiamentos, a Exposição Nacional foi inaugurada. Segundo Afonso Penna, o presidente da República Federativa do Brasil,

aquele evento cumpria uma missão: “inventariar o país”.² Para tal, as instituições participantes seguiram a lógica da retrospectiva histórica que também presidiu a maioria das exposições da segunda metade do século XIX e início do século XX na Europa e nos EUA.

A Exposição Nacional de 1908, ocorrida entre 28 de Janeiro e 15 de Novembro, na cidade do Rio de Janeiro, então sede da capital federal, recebeu milhares de visitantes. Lá estavam representadas instituições de todo o país, na sua maioria, criadas na primeira metade do século XIX.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro não ficou de fora desse evento preparatório para a Exposição de Bruxelas de 1910, contribuindo para as pretensões do governo brasileiro de mostrar aos letrados do país e ao mundo dito civilizado o que havia deixado para trás, resultado das reformas implementadas pelo prefeito Pereira Passos e pelo médico Oswaldo Cruz.

A Exposição pretendia transparecer aos olhos do mundo a imagem de uma República recém inaugurada, de homens livres, numa *cidade cartão-postal*, de um país dotado de riquezas naturais, em fase de industrialização e fazendo ciência.



A cidade, a exposição e seus habitantes

Há uma coisa de cenário nas reformas da cidade.
Lima Barreto

A constatação de que a vida urbana assume um lugar central na literatura de alguns países durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX não é uma novidade.³ A cidade era, sem dúvida, o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita a estrada de ferro, o que confirmava as palavras de Bresciani, em seus estudos sobre Londres e Paris no século XIX afirma: “[...] o espetáculo das ruas torna-se visível nos textos”.⁴

² Expressão utilizada pelo Presidente da República Federativa do Brasil em seu discurso inaugural da Exposição Nacional de 1908, na cidade de Rio de Janeiro.

³ Cf. HOBSBAM, Eric J. **A Era do Capital** (1848-1875). São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁴ BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 16.

As diferenças são inequívocas entre esses espaços urbanos. Uma questão, porém, salta aos olhos na literatura do período mencionado acima: a urgência da implementação de reformas na cidade criando espaços novos, reformulando outros e delimitando o lugar de cada um nesses espaços.⁵

A cidade do Rio de Janeiro, em 1908, não fugiu à regra no que diz respeito à preocupação por parte dos governantes que se sucederam desde a segunda metade do século XIX. Havia a necessidade da criação de estratégias de controle dos novos personagens que surgiam no cenário urbano e que se traduziam numa ameaça à ordem⁶ e na implementação das leis e de reformas no espaço que abrigava os diversos tipos de habitantes da cidade.

Portanto, higiene, civilização, progresso, moderno e atraso são expressões recorrentes nos textos literários – alguns para enaltecer os resultados das reformas outros, ao contrário, olhavam esses empreendimentos com desconfiança e descrença.⁷

Entre outras, duas questões permanentes, podem ser constatadas nesse período: a cidade idealizada pelos que conceberam a reforma durante o governo do prefeito Pereira Passos manteve um espaço que revelava uma sociedade excludente e hierarquizada como no século anterior; e a questão social tratada como uma questão de polícia, ou seja, a pobreza tratada no âmbito da criminalidade.⁸

Pamplona, em seu livro sobre as revoltas urbanas em Nova York e no Rio de Janeiro, ressaltou que “[...] a cidadania também teria seus limites progressivamente delineados em ambas as repúblicas: para que uns se tornassem cidadãos, outros teriam que ser deixados de fora”.⁹

Uma das possibilidades de atestar essa afirmação se dá por meio da análise da documentação produzida a respeito das instituições que participaram das exposições que aconteceram na segunda metade do século XIX e nas duas décadas do século XX nos EUA e na Europa. Identifica-se o que Carvalho chamou de discurso sobre a *cidade-*

⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p.163-171, 1989.

⁶ Cf. CARVALHO, Maria Alice Resende de. **Quatro Vezes cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

⁷ NEVES, Margarida de Souza. ‘O Povo na rua’ Um conto de duas cidades. In: PECHMAN, Roberto. (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

⁸ Recentes pesquisas discutem questão acima citada: BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2006; e SARNO, Maria José. **Alguns recantos da maré**: uma aproximação preliminar aos seus modos de apropriação do espaço vivido. 2007. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais, FSS/UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

⁹ PAMPLONA, Marco Antonio. **Revoltas, repúblicas e cidadania**: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. Rio de Janeiro: Record, 2003.

conflito que toma corpo por volta das duas últimas décadas do século XIX.¹⁰ Tais questões são temas bastante atuais e que dialogam com um número expressivo de pesquisadores que têm se debruçado sobre essa temática.



Exposição Nacional de 1908. Fotografia Augusto Malta, 1908. Coleção Pereira Passos/Museu da República

As pesquisas sobre as Exposições Universais¹¹ na segunda metade do século XIX, demonstram o número de visitantes, a capacidade interativa dos objetos expostos, as facilidades de locomoção dos que percorriam as grandes galerias. No entanto, esses mesmos trabalhos não se ocuparam da caracterização do perfil desses visitantes. Os trabalhos apontam para a presença operária, por exemplo, sem descrever quem são esses trabalhadores que, para muitos seguidores do saint-simonismo, eram colaboradores, o que indica certa filantropia dos organizadores dos eventos.¹² Naquelas apresentações ficavam de fora não só os que estavam à margem da sociedade do país que sediava as exposições, como também as outras nações não alinhadas às ditas civilizadas.

Eram apresentações excludentes, que deixavam de fora os considerados indesejáveis da sociedade. Esses homens e mulheres, aos olhos dos

¹⁰ Cf. CARVALHO, Maria Alice Resende de. **Quatro Vezes cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

¹¹ Ver: HEIZER, Alda. **Observar o Céu e medir a Terra**. Instrumentos científicos e a Exposição de Paris de 1889. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

¹² Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **As exposições universais: Espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

organizadores dos eventos, pareciam incontroláveis e ameaçadores, faziam parte das multidões anônimas que se multiplicavam ao mesmo tempo que a urbanização crescia na segunda metade do século XIX e início do século XX. E isto espelhava a preocupação constante dos engenheiros, policiais, higienistas, entre outros, que viam nos pobres uma ameaça constante. Pobreza e impotência moral caminhavam juntas. Para organizar o cotidiano da cidade, foram criados códigos para melhor controle da população.

Exemplo relevante, dentre outros, é um parecer do Conselho do Estado do Império do Brasil, que proibia a criação de uma associação de trabalhadores negros. É possível identificar a preocupação por parte de conselheiros como o Visconde de Souza Franco; do Marques de Sapucahy, do Visconde de Bom Retiro em reforçar que:

[...] os homens de cor, livres, são no império que não formam uma classe separada, e quando escravos não tem direito a associar-se. A sociedade especial é pois dispensável e pode trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político [...].¹³

Na província do Rio de Janeiro, a instituição policial, entre os anos 1870 e a primeira década do século XX, sofreu alterações na sua organização interna. Foram criadas a guarda municipal, a companhia de pedestres, a guarda urbana – a força pública ou brigada policial que fazia a manutenção da ordem na cidade. Durante o período aqui apontado, os grupos causavam desordem constante, os protestos de estudantes, greves operárias, comícios eleitorais e descontentamentos dentro das próprias corporações marcaram não apenas o período, com movimentos que desafiaram a ordem vigente – imperial ou republicana dos primeiros anos – como também se caracterizam pela presença crescente de grandes concentrações de pessoas nas ruas, principalmente, Urugayana e do Ouvidor: protestos contra o aumento do gás, da carne, só para citar alguns.

Esses eventos eram registrados pelos periódicos, revistas da época (como a *Ilustrada*), e também nos romances de Artur Azevedo, Machado de Assis e Manuel Antônio de Almeida, entre outros.

¹³ Arquivo Nacional; 1R; CODES. Caixa 552/pacote 2/ documento 43. Associação Beneficente do Socorro Mútuo dos Homens de Cor (24 de setembro de 1874). Agradeço a Rafael Maul que me cedeu, gentilmente, esse documento, parte de sua pesquisa na Universidade Federal Fluminense.

Pamplona destacou a criação de leis que regulavam as roupas que deveriam ser usadas para que se diferenciassem dos costumes considerados “bárbaros” com o objetivo de “[...] estabelecer a extinção da vergonha injustificável e da imundície de homens descalços e em mangas curtas pelas ruas”.¹⁴

Os indesejáveis, segundo os organizadores do evento, eram controlados pela polícia que não servia somente para orientar a circulação das pessoas. Para se ter uma idéia, na Exposição de 1889, eram expostos por toda a parte os cartazes sobre o perigo dos ladrões: *cuidado com os ladrões de carteira*. Além disso, as pessoas sem visto de permanência eram obrigadas a se colocar à distância do evento.

Este cenário, palco das exposições preparatórias e nacionais, foi descrito por diferentes cronistas, como o jornalista Luiz Edmundo, entusiasta das reformas na cidade do Rio de Janeiro, implementadas pelo engenheiro Pereira Passos no início do século XX. Um dos “alvos” de suas críticas ao “atraso colonial” do país estava presente nas construções e no dia-a-dia dos moradores dos cortiços:

Na rua que os poderes públicos desprezam e a Repartição de Higiene olvida e desampara, logradouro onde o capim e a tiririca viçam escandalosamente, depois de um muro acalçado, velho, a descascar pelos rebocos e sobre o qual o garoto vadio traça, ao lado das frases ignóbeis, desenhos de anatomia impudicas, está o portão do cortiço, rude e desmantelado pelo tempo, com sua lanterna de ferro e vidro, suspensa ao alto, e a sua tabuleta torta onde, em caracteres apagados, ainda se pode ler, numa intenção de anúncio: Vila Nossa Senhora do Bom Jesus de Braga [...].¹⁵

A preocupação das autoridades não se restringia às pessoas que circulavam nas ruas da cidade e sim ao público que freqüentava, por exemplo, o Museu Nacional ou o Jardim Botânico. Não é de se estranhar que essas instituições possuíssem regulamentos definidores das posturas e aparência de seus freqüentadores.

¹⁴ PAMPLONA, Marco Antonio. **Revoltas, repúblicas e cidadania**: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 68

¹⁵ EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 357. v. 1.

Bresciani, ao estudar o tema das multidões em Londres e Paris, ressaltou que a diferença do francês trabalhador para o francês pobre ou para o francês criminoso não existe, chegando a afirmar que:

[...] aquilo que aparece na Inglaterra como contágio moral tem na França a qualidade de ameaça política; enquanto entre os ingleses se computa o custo econômico da miséria nos seus mais variados aspectos (doença, desemprego, desmoralização, representam gastos para a sociedade) entre os franceses a preocupação maior fica com os custos políticos da ameaça da miséria às instituições [...].¹⁶

Estes homens e mulheres não chegavam para visitar as exposições por meio das ferrovias, nem faziam parte dos grupos de operários escolhidos para visitarem os pavilhões das máquinas. Não se constituíam em tema, nem público desses eventos, já que os espaços das exposições não reservavam lugar para as contradições sociais.

[...] não é difícil constatar que as multidões anônimas das cidades preocupavam aos que imprimiam direção à sociedade brasileira da virada do século XIX e fizeram do Rio de Janeiro a capital de uma ordem discursivamente identificada com o progresso, mas solidamente ancorada no atraso da fraude eleitoral, do coronelismo e dos pactos entre as antigas e as novas oligarquias.¹⁷

Sendo assim, ao considerarmos o contexto em que foram organizadas as exposições, podemos perceber a convivência de um discurso que evoca a paz e o progresso num cenário de comemoração de uma suposta civilização universal em meio a guerras, submissão de povos e conflitos internos.

¹⁶ BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 51.

¹⁷ NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do progresso**. O Brasil nas exposições internacionais. Rio de Janeiro: PUC-Rio / CNPq / Finep, 1986, p. 137.

O naturalista ,o jardim e a exposição

Ao comemorar 100 anos de existência, o Jardim Botânico participava das comemorações do também centenário da **Abertura dos Portos às Nações Amigas**.¹⁸



Acervo Particular. Fotógrafos Marcos e Fernando Vianna

Entre os onze mil expositores com mais de cem mil amostras, o jardim escolheu como representativo de sua trajetória centenária a apresentação de publicações *Contributions du Jardin Botanique de Rio de Janeiro* que completaram o décimo volume da revista de um número considerável de estudos; um álbum ilustrado e histórico; um catálogo/relatório da Exposição Nacional de 1908 de enumeração, classificação e apreciação de plantas

¹⁸ As datas escolhidas para a inauguração das exposições locais e universais obedeciam aos calendários oficiais dos países que organizavam tais eventos. OZOUF, Mona. Célébrer, Savoir et Fêter: Le Débat. Historique. **Politique. Société**, n. 37, 1989.

apresentadas pelo jardim. Além de um número expressivo de plantas catalogadas e com placas de classificação na estufa e ao ar livre.¹⁹

Foi dessa forma que o Jardim se apresentou fora de seu endereço tradicional, a atual Rua Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

Uma das publicações tem um interesse particular: trata-se do álbum ilustrado e histórico que tinha como título: *Uma lembrança do 1º Centenário - 1808-1908*, escrito por João Barbosa Rodrigues, diretor do JBRJ naquela altura.²⁰



Frontispício do Livro organizado para a Exposição de 1908, na Urca

Advertido o leitor pelo próprio Barbosa Rodrigues de que a obra havia sido feita às pressas, o naturalista afirmaria que os dados ali coligidos teriam proveniência do *Hortus Fluminensis*, só que ampliado com fotografias. Foi indicando essas ressalvas que Barbosa iniciou o que chamou de lembrança (*souvenir*) do centenário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

É interessante ressaltar que, na apresentação do catálogo/relatório das plantas expostas pelo Jardim Botânico na Exposição Nacional de 1908, também encontra-se uma advertência ao leitor:

¹⁹ Cf. **CATÁLOGO DA SECÇÃO de Dendrologia**: A Sociedade Nacional de Agricultura na Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. Gazeta de Notícias, 1908.

²⁰ Cf. RODRIGUES, João Barbosa. **O Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Uma Lembrança do 1º centenários (1808-1908). Rio de Janeiro: Officinas Renascença & E. Bevilacqua E.C., 1908.

[...] tendo o Jardim Botânico do Rio de Janeiro de se fazer representar na Exposição Nacional, para o que não estava, para esse fim, preparado, e devido ao curto tempo que teve, não figura elle com a riqueza vegetal que possui e se apresenta modestamente sem a belleza de formosos e grandes exemplares e sem a gala das flores, por não ser a época apropriada [...].²¹

E salienta ainda que “[...] a presente relação escripta ás pressas, servirá de guia, e não tem outra ordem senão a da utilidade ou propriedade das mesmas plantas...”.²²

Convidado a dirigir a instituição, logo após a proclamação da república, Barbosa Rodrigues implementou um projeto de organização interna que segundo o próprio diretor, pretendia realizar “[...] reformas moraes e scientificas reclamadas pelas circunstancias...”.²³ Além disso, ressalta que “o regulamento da polícia interna moralisou o jardim suprimindo passeios e pic-nics, obtendo perfeita conservação dos vegetaes”.

Após sua nomeação, em 1890, Barbosa Rodrigues, que fora responsável pela proposta conceitual do Museu Botânico do Amazonas, criou um Museu Botânico no Jardim Botânico incluindo algumas preocupações presentes na concepção do museu amazonense como relacionar a botânica à medicina e à indústria.²⁴

O *souvenir* histórico preparado por Barbosa Rodrigues obedeceu à seguinte divisão política: Brasil colonial, Brasil Reino, Primeiro Império, Segundo Reinado, República.

Após a leitura da obra escrita pelo naturalista, algumas constatações podem ser destacadas: Barbosa recorta a fase em que o Jardim esteve submetido ao Instituto Fluminense de Agricultura (1860-1889) como um período de alternância entre estagnações e algumas medidas de caráter científico, mas que ficaram sem registro ou não tiveram continuidade, como pode ser observado no exemplo a seguir: o antigo diretor do Jardim Frederico Leopoldo César

²¹ RODRIGUES, J. Barbosa. **Relação das plantas expostas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro por J. Barbosa Rodrigues** (director do mesmo jardim) – Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 32.

²² Ibid.

²³ Ibid.

²⁴ Cf. SÁ, Magali Romero. O Botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. **Manguinhos: Revista História, Ciências e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 899-924, 2001, Suplemento. A autora analisa a trajetória do naturalista e suas relações com outros intelectuais como Guilherme Schuch de Capanema, por exemplo.

Burlamaqui²⁵ teria pedido ao governo a mudança do perfil institucional ao tornar-se diretor fiscal do Jardim, em 1861. No ano seguinte, em 1862, foi substituído por Joaquim de Souza Lisboa (antigo feitor) que permaneceu na instituição até 1884. Para descrever esse momento, Barbosa cita a presença de alguns professores como Karl Glasl, professor de agronomia em Viena, chamado para dirigir a Escola de Agricultura e a Fazenda Normal que o Instituto pretendia fundar no Jardim.

Ainda nesse período, teria sido convidado o químico Krauss, que montou, segundo Barbosa, um pequeno laboratório, ainda que longe da área cultivada. Suprimiu-se ainda, nessa época, o cargo de diretor fiscal e instituiu-se o de diretor científico que coube ao professor Karl Glasl.²⁶



Microscópio Zeiss. Acervo do JBRJ/MMA

Para Barbosa Rodrigues, as direções do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, teriam se dedicado ao ensino e pouco se preocupado com as pesquisas científicas.

Em 1874, quando o laboratório de química foi restaurado pelo químico Daniel Henninger, e após a década de 1880, quando o laboratório ficou sob a responsabilidade de Otto Linger, químico que também conservou a direção até o final do império, pode-se constatar certa regularidade nas pesquisas de laboratório. Em 1889, Otto Linger foi demitido e, em 1890, o Jardim desligado

²⁵ Diretor do Museu Nacional (1847-1866). Doutor em Ciências Matemáticas e naturais, químico analítico e professor de Mineralogia e Geologia na Escola Militar do Rio de Janeiro.

²⁶ Diretor do JBRJ: 18/10/1863 até 19/05/1883

do Instituto Fluminense de Agricultura.²⁷ Os trabalhos publicados estão na Revista Agrícola do Instituto. Para Barbosa Rodrigues, esse foi o único trabalho científico do período de 1861 até 1890.



Advertisement for Carl Zeiss Optical Works, from the Catalogue of the German Empire, 1900 (Henry Madden Library, Fresno)

Catálogo de instrumentos científicos. Casa Zeiss

Percebe-se que um dos objetos representativos dos cem anos da instituição foi o livro de memórias, futura base de trabalhos sobre a instituição.

No entanto, algumas questões ficaram de fora do universo de preocupações das reflexões sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e que podem trazer alguma contribuição para a história da instituição:

- A que tipo de atividade científica Barbosa Rodrigues se refere quando afirma que não havia pesquisa no período acima citado?
- Como explicar a ausência de atividade científica no Jardim, especialmente durante 1860-1889, considerando o número expressivo de

²⁷ Atualmente, a historiadora Begonha Bediaga desenvolve uma tese de doutorado no IGE/UNICAMP "Marcado pela própria natureza: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura – 1860 a 1890"; ver MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Elites, política e reforma agrícola (1860-1897)**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995; e ARAÚJO, Nilton de Almeida. **A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da Agronomia no Brasil. (1877-1930)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – UEFS/UFBA, Universidade Federal da Bahia, Feira de Santana (Salvador), 2006.

instrumentos científicos adquiridos nesse período, parte do acervo atual da instituição?

Documentação relevante, os relatórios ministeriais registraram os diferentes momentos da instituição, especialmente a proposta de gestão de Barbosa Rodrigues:

Para que se prestasse não somente a diversões do publico, mas ao mesmo tempo a estudo systematico da botanica e particularmente da flora nacional, foi reorganizado este estabelecimento pelo decreto n. 518 de 23 de junho de 1890 que ali creou apropriado um museu , herbário, biblioteca , laboratório para analyses orgânicas e observatório meteorológico, dando outras diversas disposições adequadas a estabelecimento scientifico de tal natureza.

Semelhante plano acha-se em execução nas suas diversas partes, havendo sido atendidas todas as requisições do competente director, o botânico João Barbosa Rodrigues, que se tem mostrado zeloso no desempenho dos seus deveres.²⁸

A trajetória de Barbosa Rodrigues foi muito parecida com a de seus contemporâneos. O naturalista teria encontrando dificuldades, inclusive, em se firmar como cientista durante sua carreira. Sabe-se que o apoio de Capanema, dentre outros, foi fundamental para a sua atuação como naturalista e homem público.



João Barbosa Rodrigues. Acervo JBRJ/MMA

²⁸ RELATÓRIO do Ministério da Agricultura. 1890, p. 26.

Além disso, Barbosa não estava à margem dos debates acadêmicos do final do XIX e início do XX, dado que havia um intenso intercâmbio entre os museus de História Natural e os Jardins Botânicos.²⁹

Barbosa insistia em afirmar não só a descontinuidade dos trabalhos científicos na segunda metade do XIX quando o Jardim estava submetido ao Imperial Instituto de Agricultura, como também sublinhava a opção do Jardim pelo ensino e pelas práticas agrícolas.

É possível localizar as críticas do naturalista levando-se em consideração as demandas que existiam no âmbito da instrução pública para as instituições como Jardins e Museus nesse período, bem como compor um mapa possível das tensões acadêmicas entre os que defendiam e os que eram contrários ao ensino prático e experimental nesse momento.

Schnitter, ao estudar o Museu de História Natural de Paris na segunda metade do século XIX, percebeu que vários trabalhos acadêmicos dos anos de 1980 para cá questionam uma periodização clássica chamada *decadentista*. Essa historiografia sempre vira na segunda metade do século XIX um período de decadência progressiva. Ao contrário, os estudos de Schnitter mostram que houve várias tentativas de revitalização da instituição como a do período de Frémy, químico, que se esforçou por fazer do museu um espaço de ensino prático e experimental. Esta orientação provocou uma tensão entre o museu e a universidade de Paris sobre o local apropriado para o ensino bem como sobre a sua função.³⁰

Figueirôa, em texto esclarecedor, chama a atenção para o fato de

[...] até há pouco menos de duas décadas, as interpretações do processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil, disseminadas pela então ainda restrita historiografia especializada, veiculavam a tese central da quase inexistência – e do grande atraso –, das atividades científicas no país até, pelo menos, a criação dos Institutos de Pesquisa

²⁹ Cf. LOPES, Maria Margaret. Cooperação Científica na América Latina do século XIX: os intercâmbios dos Museus de Ciências Naturais. **Interciência**, v. 25, n. 5, 2000.

³⁰ Cf. SCHNITER, Claude. Le Développement du Muséum National d'histoire naturelle de Paris au cours de la seconde moitié du XIXe siècle; "se transformer ou périr". **Revue d'histoire des sciences**, tome 49-I, jan./ mar. 1996.

Microbiológica(1892); Manguinhos (1899), Butantan (1903) na transição para o século XX.³¹

Sendo assim, refletir sobre as questões suscitadas acima pode ser um caminho interessante para o desenvolvimento de pesquisas a partir de novas premissas, tais como: a necessidade de circunstanciar as afirmações do naturalista João Barbosa Rodrigues sobre a história do Jardim Botânico no segundo Império, sublinhando a especificidade de sua gestão, a partir de uma reflexão sobre as periodizações dos Jardins Botânicos e Museus de História Natural, compreendendo-as como construções históricas-parte do processo de institucionalização das Ciências Naturais.



www.revistafenix.pro.br

³¹ FIGUEIROA, Silvia. Mundialização da Ciência e respostas locais:sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII á transição do século XX). **ASCLEPIO**, v. 2, 1998.